

COMO DEVE SER UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA?

Nossa sociedade ainda não está acostumada a participar ativamente das decisões de governo, nem nossos governos têm o hábito de consultar a sociedade que o elegeu. Por isso alguns equívocos foram cometidos na condução e participação nas audiências sobre o ZSEE.

O ZSEE é um documento complexo, resultado de um estudo que considera tipos de solo, relevo, forma de ocupação demográfica, tecnologias de produção e outros dados. Sem conhecer o documento é difícil debater sobre ele. Para um conhecimento pleno do ZSEE e para haver participação popular com qualidade seria preciso um estudo prévio dos conceitos técnicos que o envolvem.

Para João Andrade, coordenador do programa de Governança Florestal do Instituto Centro de Vida (ICV), deveriam ter acontecido oficinas preparatórias setoriais. Madeireiros debatendo entre

eles as suas propostas para o zoneamento, da mesma forma entre os assentados, índios, sojicultores, pecuaristas, cada setor discutindo as ideias dentro de sua categoria. Os seminários não foram suficientes para estudar o ZSEE porque foram realizados em pouco tempo e com bate-boca de categorias diferentes.

Depois desse estudo prévio, poderiam haver as audiências, com facilitadores ou moderadores objetivos e preparados para dar voz para todos os setores. O que vimos, em muitos momentos, foi uma maioria que empurrava uma ideia geral sem dar espaço para opiniões divergentes. "E preciso ter a compreensão de que numa audiência pública o objetivo não é chegar ao consenso, mas sim colher todas as opiniões sobre o que se pretende decidir. ? momento de considerar todas as ideias que forem apresentadas", completa João Andrade.

LONGE DO IDEAL

A forma com que as audiências do Zoneamento foram conduzidas causou insatisfações de muitos dos participantes. Em Alta Floresta, Vila Rica e Sinop representantes de assentamentos e de indígenas queixaram-se do tratamento que receberam nos seminários. Em muitos momentos houve agressões verbais a assentados e indígenas.

Representantes do movimento social acusam os mediadores da Seplan de não terem buscado dar voz a todos, mantendo sempre a opinião da maioria em evidência. Em Sinop, as pessoas ficaram inibidas de expressar opiniões contrárias às dos ruralistas pois desrespeito, vaia e ironias eram usadas com frequência para desqualificar as falas. Com isso uma carta de reivindicações foi entregue a comissão da Assembleia em Vila Rica, e em Sinop uma carta de repúdio ao processo foi assinada por várias das instituições presentes e protocolada no Ministério Público Estadual, em Cuiabá.

Para Cláudia Araújo, agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra no Araguaia, a audiência pública em Vila Rica foi ocupada tempo demais pelas falas dos políticos. "O propósito de debater o ZSEE foi confundido com um palanque eleitoral em prol do asfaltamento da BR-158".

Governança Florestal nas Cabeceiras do

XINGU



Ano III | Nº 8 | Junho-Agosto de 2009 | Mato Grosso

ZSEE DE MATO GROSSO: VOCÊ REALMENTE SABE O QUE É ISSO?

Um dos assuntos mais falados nos últimos dois anos em Mato Grosso, sem dúvida, é o zoneamento. Fruto de um longo processo de estudos e avaliações, o documento final levou quase 20 anos para ficar pronto e ser apresentado à sociedade. Desde o ano passado, a Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) tem tentado decifrar para o público de audiências e seminários o emaranhado de termos técnicos, uma tarefa nada fácil. Por isso, o objetivo deste Boletim Xingu Especial Zoneamento é contribuir para melhorar o entendimento sobre o ZSEE de Mato Grosso, começando do começo: o que é o zoneamento?

O Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico (ZSEE) é um instrumento de Planejamento e Gestão Territorial. Serve para que o governo tenha uma ferramenta séria e eficiente para ordenar o processo de ocupação humana e o uso dos recursos naturais, bem como para orientar os investimentos governamentais nas diversas regiões do Estado. O ZSEE foi feito a partir de um amplo estudo sobre as características ambientais e sociais do Estado. Para produzir o zoneamento, foram estudadas as características de vegetação, fauna, clima, geografia, solos, aptidão agrícola. Também foram estudadas questões relacionadas à dinâmica econômica de Mato Grosso.

A partir daí, foram montados mapas bem detalhados, contendo o cruzamento desses estudos. Assim, foram criadas 4 categorias de uso dos recursos naturais e, dentro de cada categoria, as zonas e sub-zonas de intervenção. A divisão foi feita a partir dos aspectos mais permanentes que a natureza tem: as características físicas, ligadas aos solos e ao relevo. Com uma organização inicial baseada nas características físicas, os técnicos analisaram questões como o tipo de vegetação e o tipo de uso que as pesso-

as fazem dos recursos naturais para delimitar as categorias e zonas.

O ZSEE, então, é um grande documento, composto de estudos técnicos, mapas e orientações. O seu principal objetivo é oferecer uma base técnica, científica, para que os governantes e a sociedade discutam de que forma quer se desenvolver com sustentabilidade. Desenvolver-se com sustentabilidade significa reconhecer que os recursos naturais como a água, as florestas, o solo, a fauna, podem ser esgotados, não são infinitos. E não sendo infinitos, precisam ser manejados de forma racional para garantir que as futuras gerações tenham os mesmos recursos naturais que a nossa tem.

Com o zoneamento, o governo pode orientar suas políticas públicas de desenvolvimento, elaborando projetos estratégicos adequados para as diferentes zonas do Estado. É como um viajante em uma estrada que se divide em duas em determinado ponto. Se o viajante tiver um mapa e informações sobre as condições das duas estradas, a distância que cada uma percorre e os lugares onde elas levam, ele vai escolher o melhor caminho com segurança. Se ele não tiver nada, vai apostar em um dos dois e só vai descobrir se fez a escolha certa quando estiver no meio do caminho, ou no fim.

O zoneamento é como um mapa de navegação para os governos e a sociedade. Em vez de decidir se incentiva a pecuária ou a economia florestal com base no chute ou na inspiração, o zoneamento permite decidir os investimentos e políticas públicas com base em informações sérias e detalhadas. Essas informações é que permitem avaliar se no longo prazo os solos dão conta de se manterem saudáveis para determinada prática agrícola ou pecuária, por exemplo. Não é muito melhor viajar sabendo onde se vai chegar?

Categoria 2: Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo

São áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ou readequação. Nessas áreas, o uso que se faz dos recursos naturais vai além daquilo que a natureza tem capacidade de suportar, o que pode significar o esgotamento desses recursos com o tempo. Se a gente depende dos recursos naturais para produzir, é melhor usá-los de acordo com o que eles podem suportar.

Nessas áreas são necessárias ações de: recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenação de estrutura produtiva (incentivo a atividades mais adequadas), readequação do uso ou recuperação de recursos hídricos. O polo Regional de Vila Rica, por exemplo, possui áreas classificadas nessa categoria. Essas áreas necessitam de readequação do uso do solo e são boas para investimentos em atividades produtivas baseadas em sistemas agroflorestais e manejo florestal. Significa dizer que essas atividades sugeridas são as que conseguirão se desenvolver ao longo do tempo com mais sucesso e segurança. Se o solo se esgota, todos sabemos que os custos de produção começam a se elevar ano a ano, se isso pode ser evitado, por que não readequar as atividades produtivas?

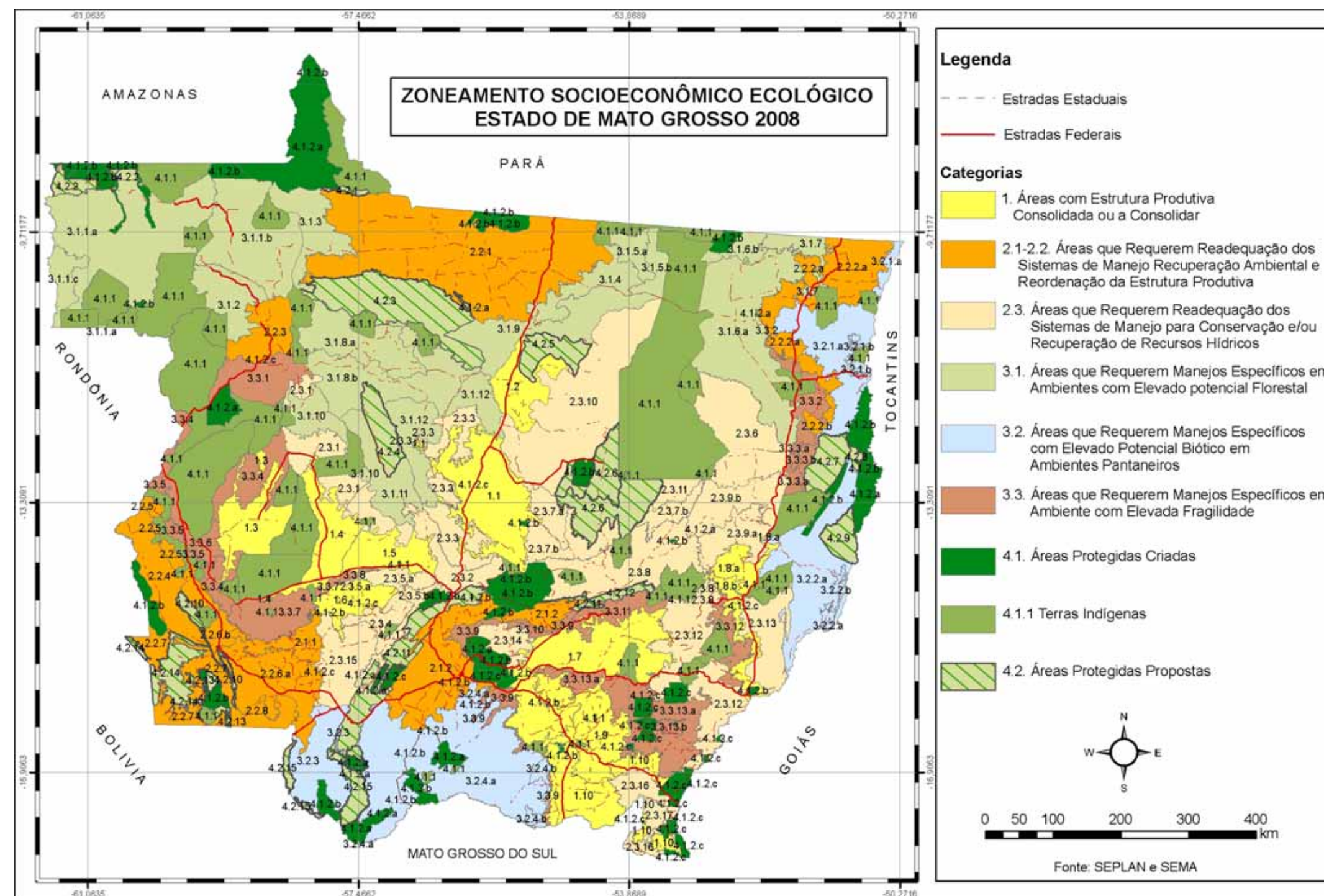
Categoria 3: Áreas que Requerem Manejos Específicos

São as áreas mais frágeis, com maior biodiversidade, ou áreas com características ambientais únicas e muito especiais. Por isso, elas requerem um uso muito cuidadoso. Nelas, é preciso garantir a manutenção de suas características naturais e a exploração racional e adequada dos seus recursos. Não significa que sejam intocáveis, mas que devemos tocar com mais carinho. Suas características são: cobertura vegetal conservada de floresta; remanescentes florestais importantes para a proteção e preservação ambiental; com potencial para o desenvolvimento de atividades florestais ou de ecoturismo.

No Polo Regional de Cáceres há regiões nessa categoria, onde é preciso pensar em atividades produtivas que ajudem a manter as áreas de cerrado e pantanal, bastante frágeis naquelas áreas. Outro exemplo são as áreas das bordas da Chapada dos Guimarães, próximo a Cuiabá: a paisagem mais famosa do Estado, que atrai milhares de turistas todos os anos precisa ser protegida para seguir atraindo turistas por muitos e muitos anos.

Categoria 4: Áreas Protegidas

São as Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Estado, que já são regidas por normas específicas. Nessa categoria também há indicação de novas áreas protegidas. Essas áreas propostas são aquelas consideradas de extrema importância para a conservação. Para avaliar a importância dessas áreas, é preciso pensar nos serviços ambientais que a natureza nos presta: qualidade do ar, das águas, remédios, alimentos e lugares bonitos que enchem a alma de alegria, entre outros.



ENTENDA O QUE SÃO AS CATEGORIAS DE USO DO ZSEE

Com base nos estudos, foram organizadas quatro categorias de uso dos recursos naturais de Mato Grosso. Para cada categoria, foram analisados os potenciais de desenvolvimento a partir dos recursos naturais e as fragilidades dos ambientes. O Estado foi dividido em zonas e subzonas de intervenção, para as quais devem ser discutidas políticas de desenvolvimento específicas, que busquem a sustentabilidade. As categorias servem para orientar as políticas públicas de desenvolvimento, considerando a aptidão econômica, a dinâmica social e, principalmente, a capacidade dos recursos naturais de suportarem determinadas atividades produtivas ao longo do tempo. Veja quais são as categorias e o que elas significam:

Categoria 1: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar

São áreas para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a

sustentabilidade ambiental e econômica. O Polo de Tangará da Serra, por exemplo é classificado como zona com estrutura produtiva consolidada para agricultura moderna, ou seja, lá a estrutura de produção da soja já está consolidada. Outro exemplo: o Polo Regional de Sinop é considerado zona para consolidação de atividades da economia madeireira, ou seja, ainda são necessárias políticas de incentivo à essa economia, que já está estabelecida mas pode melhorar.

Na Categoria 1, a cobertura vegetal já foi muito alterada ou substituída pelas atividades econômicas; a dinâmica dos cursos d'água também está bastante alterada por drenagens e barragens; há infra-estrutura urbana, social, de comércio e serviços já consolidadas e, o principal, o uso do solo é compatível com a capacidade de suporte - em outras palavras, o tipo de solo dá conta do uso que se faz dele sem empobrecer rapidamente.

Este jornal é produzido pelo Consórcio composto pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento de MT (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STR Lucas), no âmbito do projeto Governança Florestal nas Cabeceiras do Rio Xingu e faz parte das ações da Campanha 'Y Ikatu Xingu'.

Distribuição gratuita nos municípios da Bacia do Xingu em Mato Grosso.

Jornalista Responsável
Gisele Neuls | DRT/RS 12874

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Rosalina Taques | DoceDesign

Contato

ICV
Av. Ariosto da Riva, 3473, Centro | Alta Floresta - 78580-000
Tel: (66) 3521-8555
icv@icv.org.br

ISA
Rua Redentora, 362, Centro | Canarana - 78.640-000
Tel: (66) 3478-3491
isacanarana@socioambiental.org

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Consórcio 'Y Ikatu Xingu' e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia.

Realização



Governança Florestal nas Cabeceiras do

XINGU

Ano III | Nº 8 | Junho-Agosto de 2009 | Mato Grosso

Tiragem | 5 mil exemplares

Redação
André Alves | Formad
Augusto Pereira | ICV
Cristina Velasquez | ISA
Gisele Neuls | ICV
Maristela da Rosa | Ipam
Rodrigo Junqueira | ISA

www.yikatuxingu.org.br

NOS BASTIDORES DO ZSEE DO MT

RODRIGO JUNQUEIRA | INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Em clima de tensão e desinformação estão chegando ao fim as audiências públicas sobre o ZSEE de Estado do Mato Grosso. Uma das principais pautas políticas nesse ano de 2009 é sem dúvida alguma a discussão e aprovação do zoneamento. Ocorrem desde o início de 2008 seminários técnicos e audiências públicas por todo o Estado para expor, debater e colher sugestões em relação a esse projeto que se alonga por quase 20 anos.

Em Cuiabá, as equipes técnicas da Sema e Seplan trabalham contra o tempo para finalizar o quanto antes o tão aguardado “Mapa da Flexibilização”. Essa carta, escondida na manga até quase o final do jogo, parece ser o grande trunfo para aliviar a panela de pressão que assola todo o Estado. Quase a totalidade do Mato Grosso quer migrar para a Categoria 1, aquela que supostamente poderá garantir pujança e um futuro promissor e de qualidade à população. Por que as Categorias 2 e 3 foram amaldiçoadas a ponto de quase a totalidade dos municípios buscarem desesperadamente migrar para a Categoria 1? Isso se deve a um conjunto de fatores:

1) Por mais que a Seplan e Sema tenha se esforçado em fazer debates e seminários durante esse último ano, não foram suficientes para esclarecer uma série de aspectos técnicos e políticos do Zoneamento. De fato, a caixa preta do ZSEE precisava de mais tempo para ser aberta. Depois de permanecer quase 20 anos selado à discussão com a sociedade, está sendo difícil de ser decifrado nesse curto espaço de tempo;

2) Dada a largada para as eleições com mais de um ano de antecedência, os seminários técnicos e as audiências públicas do ZSEE espalhados pelo Estado tem sido um crescente palco para discursos inflamados de postulantes a cadeiras na Assembleia do Estado e no Congresso para o mandato 2011-2014, quase na sua totalidade pautado no pleito de mudança de categoria;

3) A interpretação restrita do artigo 16, parágrafo 5º da MP 2166-67 de 2001 que versa sobre a única possibilidade de flexibilizar o percentual de Reserva Legal na Amazônia, reduzindo de 80% até 50% para fins de recomposição é o trunfo usado por setores para pleitear a mudança de categoria a todo custo.

Ora, apesar dessa interpretação não ser digna de muita convicção, não pode deixar de ser mencionado que a equipe técnica do Governo que pilotou esse retorno tardio à sociedade ignorou completa-

mente esse dispositivo da Lei, que certamente poderia ter contribuído para ter um processo menos tenso, menos desinformado e mais construtivo.

Agora, quase no apagar das luzes, eis que surge a possibilidade concreta da elaboração do tão necessário, agora intitulado “mapa da flexibilização” (do percentual de RL) para todas as categorias e sub-categorias que puderem se valer desse dispositivo. Certamente esse estudo teria sido muito útil se estivesse elaborado na ocasião da devolução do ZSEE ao debate público. Teria a virtude de não criar uma cortina de fumaça em torno do ZSEE em cima dessa luta insana e descaída de mudança de categoria.

Podemos dar como exemplo uma passagem emblemática em uma audiência pública, marcada por um alto grau de desinformação e cooptação. Em Vila Rica, ônibus lotados de cidadãos comuns que desciam na frente do CTG eram carimbados com um adesivo onde se lia “Flexibilização - Categoria 1 - desenvolvimento sustentável” e ganhavam uma faixa para colocar na cabeça.

Perguntando às pessoas o porquê desse gesto era raras as que sabiam responder. “Ué, não é a 1 a categoria que vai deixar a gente produzir?”. “Disseram se não ficarmos na 1, só poderemos ficar com 4 dos 40 há que temos, não é assim?”. Ao menos 70% dos participantes se enquadravam nesse perfil. A representação tradicional dos setores da agropecuária patronal e industrial vem assumindo uma postura clara e objetiva ao negar qualquer indicação que supostamente possa impor algum tipo de restrição ambiental e consequentemente territorial ao modelo de produção vigente.

As audiências públicas estão chegando ao fim e prevê-se que haverá uma corrida contra o tempo para que o relator possa elaborar o relatório final e colocar em votação até o recesso parlamentar em meados de julho. Ainda existem pessoas que acreditam que o projeto não será aprovado nas bases em que se está discutindo. Outros apostam que o Governo moverá montanhas e pagará todas as contas políticas para que seja aprovado antes do recesso do meio do ano da Assembleia Legislativa.

O fato é que ainda existe muita indefinição nesse processo. O que será mesmo considerado nesse relatório final? Quais critérios serão observados para acatar (ou não) as sugestões vindas das audiências? Como será considerado o tão esperado “mapa da flexibilização” das áreas na Amazônia?

FORMAD ESTIMULOU PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Garantir a participação e a sugestão de propostas dos movimentos sociais no processo de discussão do zoneamento em Mato Grosso foi uma das grandes bandeiras do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Formad nos últimos meses. Desde que foi instituída a Comissão Especial do Zoneamento em março do ano passado o Formad estimulou o debate da sociedade e ajudou a promover diversos eventos em Cuiabá e em vários municípios do estado.

A tônica da discussão sempre foi a necessidade da sociedade poder se embasar tecnicamente para fazer a discussão qualificada das propostas apresentadas pela Seplan, e propor inclusões e alterações bem argumentadas. De acordo com Miguel Aparício Suarez, um dos coordenadores do Formad, existe uma concordância com o que foi apresentado pelo governo, mas existem demandas prioritárias que precisam ser atendidas. “Uma dessas demandas é a necessidade do zoneamento conter diretrizes mais enfáticas para a Agricultura Familiar nas áreas consolidadas, principalmente na região centro-norte do estado”, aponta. Para o Formad, a agricultura familiar representa a segurança alimentar, gerando renda e diminuindo a necessidade de buscar alimentos de outros estados, como Paraná e São Paulo.

Para garantir essa participação, o Formad também dialogou com o governo federal, estadual, com deputados da Assembleia Legislativa e Ministério Público Estadual defendendo a necessidade de um processo transparente nas audiências públicas. Juntamente com a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental e o Fórum de Lutas de Entidades de Cáceres, lutou pela realização dos seminários técnicos antes das audiências públicas em si, o que não tinha acontecido com a primeira audiência pública realizada em Cuiabá em 2008. Essas entidades conseguiram que o Estado viabilizasse a participação de agricultores familiares e de representantes de povos e comunidades tradicionais.

Ainda que em algumas regiões do Estado como Vila Rica, Pontes e Lacerda, Diamantino e Paranatinga, as audiências tenham sido marcadas por momentos de tensão entre setores da sociedade, Adriana Werneck Regina, secretária-executiva do Formad, avalia como positivos os resultados. “Não apenas pelo fórum, mas pelo esforço conjunto de várias entidades e movimentos sociais, setores normalmente excluídos das discussões técnicas e políticas puderam apresentar suas propostas e serem ouvidos”, avalia. “A expectativa é que a Assembleia Legislativa cumpra sua promessa e que as alterações que houverem no zoneamento serão técnicas e que não irá contradizer tudo o que foi discutido”, finaliza.

ASSENTADOS ENTENDENDO O ZSEE

Para entender o que é o ZSEE, o Consórcio Governança Florestal nas Cabeceiras do Xingu promoveu uma série de seminários. O primeiro seminário aconteceu em Lucas do Rio Verde reunindo os agricultores familiares dos polos Sinop e Sorriso. Este foi o primeiro contato dos assentados com os mapas e diretrizes. Com as lideranças familiarizadas com o “jeitão” do ZSEE, o encaminhamento foi de replicar a atividade nas comunidades, para que um maior número de pessoas estivessem esclarecidas e preparadas para os seminários técnicos e audiências.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas em parceria com o Formad e ICV percorreram os assentamentos Califórnia (Vera), Entre Rios (Nova Ubitatã) e Ena (Feliz Natal) no início de maio; e no acampamento Tupã (Marcelândia) também. A equipe também realizou um seminário na sede do município de Cláudia. Nestes eventos, apresentaram o ZSEE e colheram as propostas dos agricultores familiares para as audiências:

- Ter maior vigilância e fiscalização no atendimento à saúde dos assentamentos e outras comunidades rurais. Exigindo compromisso do poder público na área urbana e rural;
- Ter um programa de assistência técnica para manejo de resíduos como utilização para adubação orgânica e para reciclagem nas zonas rurais (propriedades, assentamentos, agrovilas) e urbanas (distritos, sedes);
- Fomentar a criação de consórcios municipais visando o gerenciamento de potencialidades e demandas comuns, priorizando as atividades florestais com potencial produtivo;
- Apoio financeiro e projetos com plantas medicinais;
- Garantir o mercado para os produtos florestais não madeireiros, dos extrativistas e da agricultura familiar;
- Reforçar o policiamento dentro dos assenta-



mentos com postos policiais, criar um programa de combate e prevenção da violência no campo principalmente na questão da terra e dos direitos das mulheres, abrangendo os assentamentos, agrovilas (área rural);

- Ter a segurança alimentar das famílias focada nos programas de saúde;
- Controle do uso dos defensivos gerais e proibir a pulverização aérea no entorno dos parques, reservas, áreas de nascentes e assentamentos. Incentivo ao uso de defensivos naturais;
- Incentivar programas de crédito e extensão para agricultura familiar, apicultura, extrativismo sustentável de recursos naturais e sistemas agroflorestais;
- Ter um posto de assistência técnica nos assentamentos formada por profissionais da comunidade rural;
- Garantir estradas vicinais trafegáveis, permitindo o desenvolvimento social e econômico sustentável para as populações locais;
- Ter um programa de assistência e financia-

mento para a transição de pastagens exóticas para agroflorestas;

- Incluir a agricultura familiar nos programas de pesquisa e incentivo ao agroextrativismo;
- Promover capacitação para o manejo florestal sustentável;
- Ter programas de fomento que garantam recursos financeiros priorizando o agricultor familiar;
- O agricultor familiar que preserva a água não deve pagar por ela, como forma de incentivo;
- Melhorar os postos de fiscalização nas estradas.

A classe dos agricultores familiares esteve presente nas audiências de Sorriso, Sinop, Alta Floresta e Vila Rica. Em Sinop, a presença dos indígenas foi questionada pelos representantes do agronegócio no grupo que discutia a Categoria 2. Em geral, nas audiências predominou a presença do setor do agronegócio, apesar de nosso esforço em trazer os agricultores familiares para a discussão. Percebe-se claramente a força de cada setor e o compromisso com as questões sociais e ambientais.

